

CADERNO DE INDICADORES

7º RELATÓRIO DE GESTÃO
MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

Brasília, 2012

 **2007 - 2015**

7º RELATÓRIO DE GESTÃO

CADERNO DE INDICADORES

**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015**

Brasília, março de 2012.

Sumário

Introdução	4	10. Oferta Interna de Energia	48
Quadro de Acompanhamento das Metas	6	11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção ao PIB	52
Análise dos Indicadores		12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	56
1. PIB	12	13. Investimento Privado em P&D em proporção ao PIB	60
2. PIB Industrial	16	14. PISA	64
3. Produtividade da Indústria	20	15. Domicílios com acesso à internet	68
4. Taxa de Desemprego	24	16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra	72
5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB	28	17. Índice de Gini	76
6. Crédito em proporção ao PIB	32	18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	80
7. <i>Spread</i> Bancário	36		
8. Taxa Real de Juros	40		
9. Carga Tributária	44		

Introdução

Os indicadores do Mapa Estratégico da Indústria foram construídos de forma a refletir a “visão desejada ou esperada” do Brasil para o horizonte 2007-2015 elaborada pelos empresários componentes do Fórum Nacional da Indústria (FNI) da CNI. Decorrido metade do horizonte de tempo do Mapa, podemos observar que ainda nos encontramos distantes da maioria das metas pretendidas para 2015.

Dos 18 indicadores de acompanhamento, em 11 deles nos encontramos bem aquém da meta pretendida. Cinco mostram convergência para a meta, ainda que em ritmo mais lento que o desejado.

Em três deles, contudo, a meta para 2010 já foi atingida: taxa de desemprego, domicílios com acesso à internet e taxa real de juros. Apenas esse último reflete diretamente a ação da política econômica. Os outros dois são resultado indireto do crescimento do mercado doméstico. Indicadores como Índice de Gini, renda per capita (medida em PPP) e volume de crédito seguem trajetória de convergência para a meta.

Os indicadores que medem mais proximamente o desempenho do setor industrial mostram-se distantes da meta. O PIB industrial – bem como o PIB geral – mostra distanciamento da meta tanto no índice relativo a 2011

como na expectativa para 2012. O desempenho das exportações segue se distanciando da meta. O mesmo ocorre com o indicador relativo à carga tributária que, contrariamente ao desejado, aumenta no período.

O índice de crescimento da produtividade na indústria, em especial, registra evolução bastante inferior ao desejado. Indicadores correlatos que influenciam o ambiente favorável à produtividade – investimento privado em P&D e o PISA (educação) e relativos à infraestrutura física – mostram evolução lenta e encontram-se distantes da meta.

De modo geral, os indicadores sociais amplos têm evolução mais favorável que os estritamente econômicos. Essa avaliação sugere que é necessário maior esforço na construção do ambiente necessário ao crescimento sustentado, objetivo maior do Mapa Estratégico da Indústria e da sociedade.

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/ IBGE	6,1% (2007) 5,2% (2008) -0,3% (2009) 7,5% (2010) 2,8% (2011)* 3,0% (2012)* *Estimativa CNI	Crescimento de 5,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2015)	distante da meta ↓	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↑
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/ IBGE	5,3% (2007) 4,1% (2008) - 5,6% (2009) 10,4% (2010) 1,8% (2011)* 2,3% (2012)* *Estimativa CNI	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 8,5% a.a (Taxa média até 2015)	distante da meta ↓	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↑
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	2,2% (2007) - 1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010) -0,5% (2011)	Crescimento de 3,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 6,0% a.a (Taxa média até 2015)	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↓

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergindo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010) 6,0% (2011) 5,8% (2012)* *Estimativa CNI	Alcançar 7,0% até 2010	Alcançar 6,0% até 2015	atingiu a meta ●	atingiu a meta de 2010 ●	convergiendo para a meta ↑
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/ IBGE	13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,0% (2009) 10,9% (2010) 11,6% (2011)* 11,3% (2012)** *até o terceiro trimestre **Estimativa CNI	Alcançar 20% até 2010	Alcançar 30% até 2015	distante da meta ↓	distante da meta ↓	distante da meta ↓
Crédito / PIB	Banco Central	35,2% (2007) 40,5% (2008) 43,7% (2009) 45,2% (2010) 49,1% (2011)	Alcançar 50% até 2010	Alcançar 70% até 2015	convergiendo para a meta ↑	convergiendo para a meta ↑	convergiendo para a meta ↑

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Spread Bancário	Banco Central	22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010) 26,9% (2011)	Alcançar 20% até 2010	Alcançar 10% até 2015	distanciando da meta ↓	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑
Taxas Real de Juros (Selic/ IPCA)	Banco Central	8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010) 4,8% (2011) 4,4% (2012)* *Estimativa CNI	Alcançar 5% até 2010	Alcançar 4% até 2015	convergingo para a meta ↑	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●
Carga Tributária	Receita Federal	33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 33,9% (2010) 35,8% (2011)* * Estimativa CNI	Alcançar 33% até 2010	Alcançar 27% até 2015	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓	distante da meta ↓

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergingo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Oferta Interna de Energia	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	5,1% (2007) 6,2% (2008) -3,4% (2009) 10,2% (2010)	Crescimento médio de 7,0% a.a até 2010	Crescimento médio de 8,5% a.a até 2015	distanciando da meta ↓	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑
Investimento em Infraestrutura dos Transportes / PIB	IBGE/ SIAFI	0,21% (2007) 0,20% (2008) 0,28% (2009) 0,36% (2010) 0,26% (2011)	Alcançar 0,50% até 2010	Alcançar 0,60% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	Alcançar 60% até 2010	Alcançar 70% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Investimento Privado em P&D / PIB	MCTI	0,52% (2007) 0,53% (2008) 0,57% (2009) 0,56% (2010)	Alcançar 0,8% até 2010	Alcançar 1,4% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
PISA	OCDE	368 (2000) 383 (2003) 384 (2006) 401 (2009)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2000) até 2015		distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	Alcançar 25% até 2010	Alcançar 30% até 2015	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergindo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2012	Situação em Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010
Renda per capita em US\$ constantes - paridade de poder de compra (PPP)	FMI	9.894 (2007) 10.525 (2008) 10.464 (2009) 11.273 (2010) 11.846 (2011)* * Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Gini	PNAD/IBGE	0,528 (2007) 0,521 (2008) 0,518 (2009)	Alcançar 0,5 até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
IDH	PNUD	0,665 (2000) 0,692 (2005) 0,708 (2009) 0,715 (2010) 0,718 (2011)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de meta a ser apresentada ao Fórum posteriormente.				

1. PIB

Descrição:

Variação percentual anual do Produto Interno Bruto do País

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

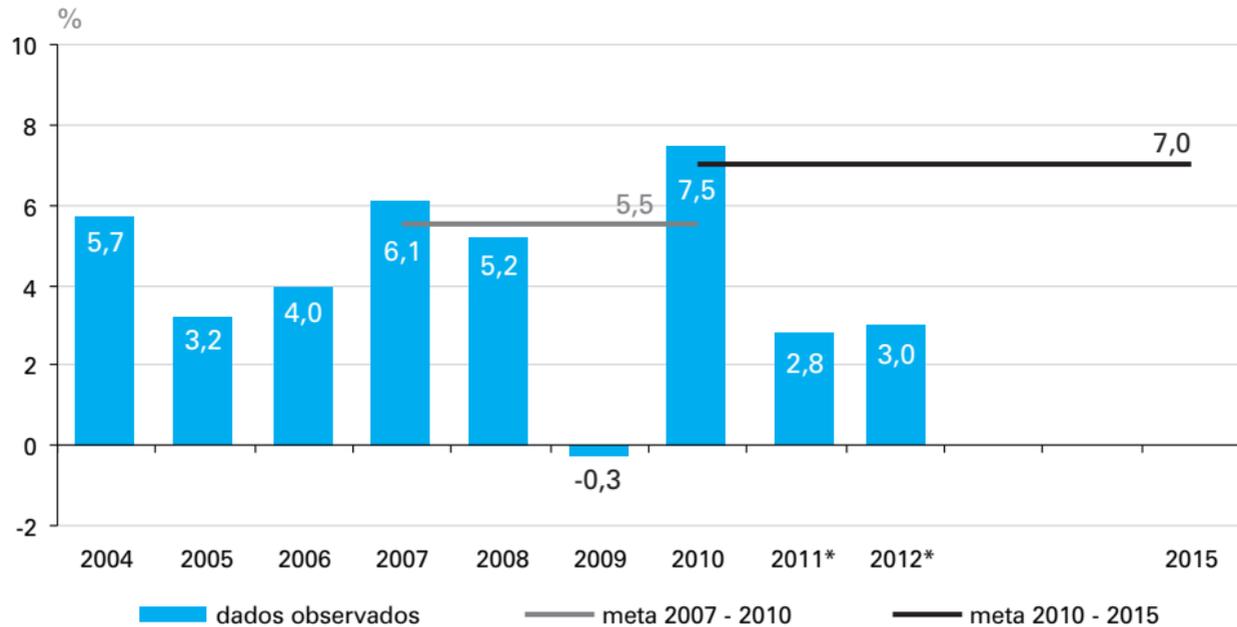
Meta:

- 5,5 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 7,0 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

PIB



*Estimativa CNI

Tendências

Embora a economia tenha aumentado 7,5% em 2010, a meta de crescimento médio do PIB de 5,5% a.a. no período de 2007 a 2010 estipulada pelo Mapa Estratégico da Indústria não foi alcançada pela economia brasileira. Nesse período, o PIB expandiu 4,6% a.a. em média, quase 1 ponto percentual abaixo do estabelecido.

Uma nova meta de crescimento médio anual deverá ser perseguida até 2015: expansão de 7,0% do PIB ao ano. A probabilidade de alcance dessa meta é muito baixa, uma vez que a economia cresce atualmente em taxas abaixo da metade disso.

Os impactos da crise internacional se alastraram novamente pela economia brasileira em 2011, que expandiu apenas 2,8% no ano (estimativa da CNI). Considerando a projeção de alta de 3,0% do PIB em 2012, seria preciso que a economia crescesse 9,6% ao ano de 2013 a 2015 para atingir a meta.

- Aumentar as medidas de desoneração tributária;
- Ampliar a oferta de crédito e reduzir o custo de capital em relação à média dos países competidores;
- Incrementar a taxa de investimento em relação ao PIB;
- Interromper a trajetória de aumento dos gastos correntes do governo;
- Aprovar medidas que visem à melhoria do ambiente de negócios, com foco na desburocratização e na definição de marcos regulatórios claros em setores ligados à infraestrutura;
- Estimular as parcerias público-privadas, como forma de expandir o investimento no Brasil;
- Desenvolver ações para o avanço das reformas tributária, da previdência e das relações do trabalho.

2. PIB Industrial

Descrição:

Variação percentual do PIB da Indústria no ano

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

Meta:

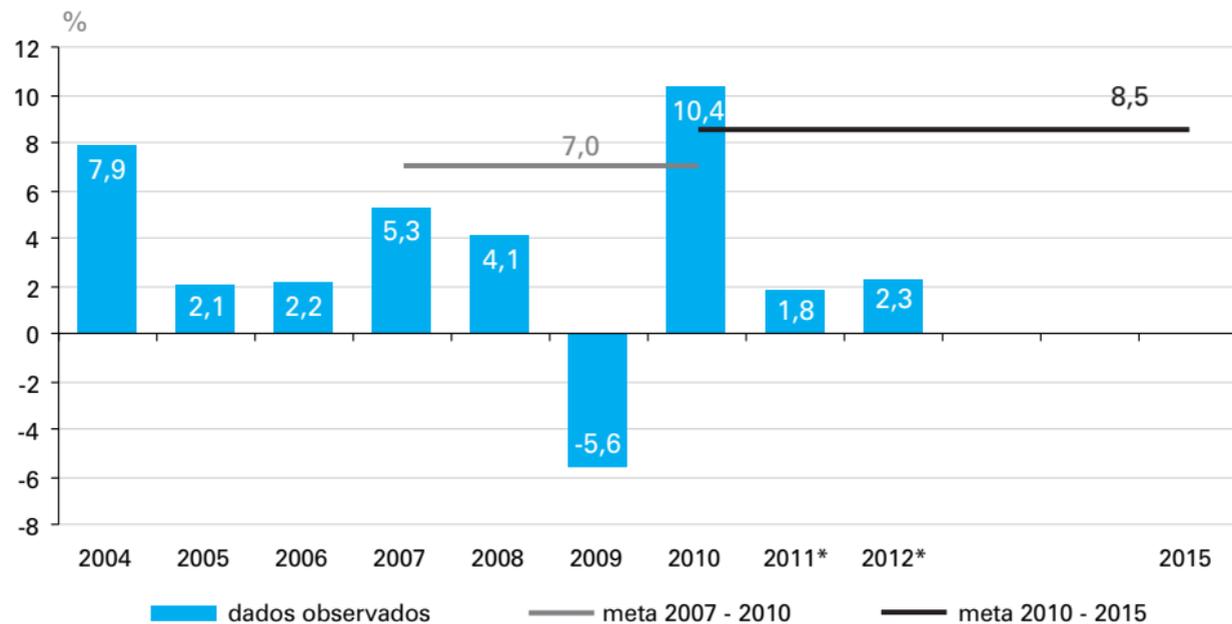
- 7,0 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 8,5 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:



Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

PIB Industrial



*Estimativa CNI

Tendências

A indústria brasileira é o setor mais afetado pela crise internacional. Mesmo após o forte crescimento em 2010 (10,4%) – fruto da recuperação da crise –, o PIB industrial não atingiu a meta de expansão de 7,0% na média anual entre 2007 e 2010. O PIB da indústria expandiu 3,6% a.a. nesse período – praticamente a metade da meta estabelecida.

O quadro de estagnação da produção industrial prevaleceu em quase todos os meses de 2011, de forma que o PIB da indústria cresceu apenas 1,8% no ano (estimativa da CNI).

A nova meta a ser perseguida é de um crescimento médio anual de 8,5% entre 2010 e 2015. As dificuldades competitivas da indústria brasileira no mercado externo e no doméstico impedem uma expansão continuada dessa magnitude, de maneira que o alcance da nova meta é improvável.

Considerando a projeção da CNI de um crescimento de 2,3% do PIB industrial em 2012, será preciso que o setor aumente sua taxa de expansão para 11,2% ao ano entre 2013 e 2015 para atingir a meta de crescimento médio de 7,0% a.a.

- Ampliar as desonerações tributárias para investimento, exportação e setores chaves da indústria;
- Atuar para que a política industrial contemple as sugestões apresentadas pelo setor nas áreas de investimentos, comércio exterior e inovação;
- Acelerar e aperfeiçoar as medidas do Plano Brasil Maior para ter mais eficiência e velocidade;
- Priorizar medidas de redução do custo do crédito para fins de investimento.

3. Produtividade da Indústria

Descrição:

Variação do Índice de Produção Industrial / IBGE em relação ao índice de horas trabalhadas / CNI

Fonte:

Pesquisa Industrial Mensal / IBGE e Indicadores Industriais / CNI

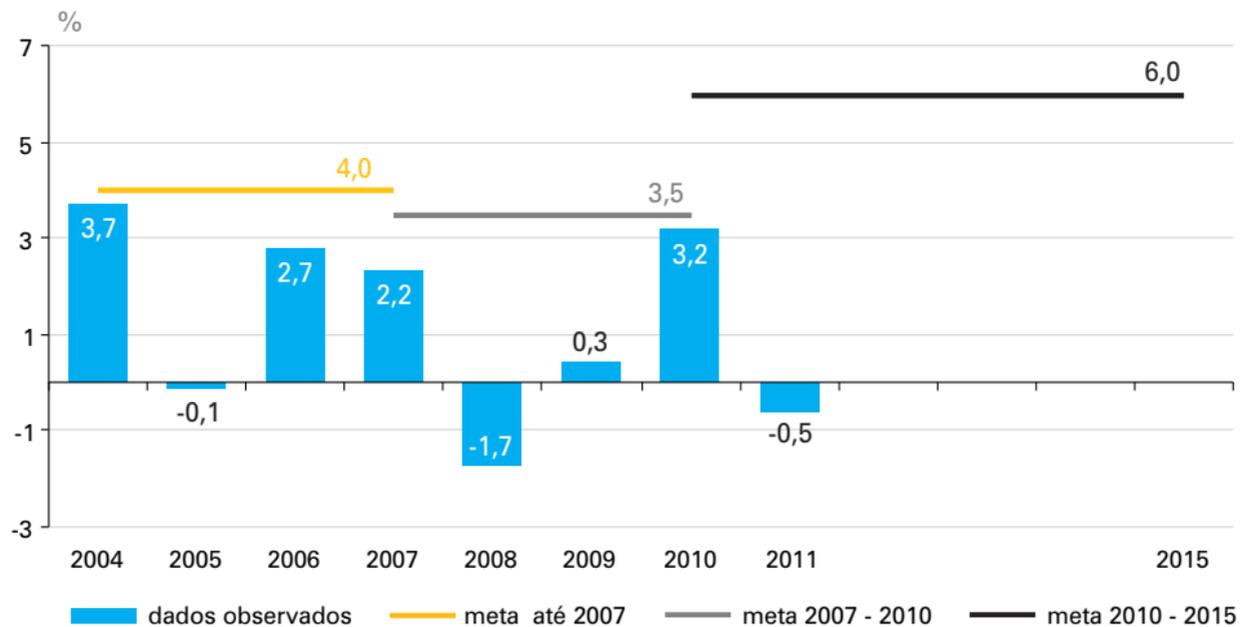
Meta:

- Crescer 4% a.a. (até 2007)
- Crescer 3,5% a.a. (de 2007 a 2010)
- Crescer 6% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

 Distanciando da meta

Produtividade da Indústria



Tendências

O crescimento médio da produtividade da indústria no período 2007-2011 foi de apenas 0,7%, bem distante da meta de 3,5% a.a estabelecida pelo Mapa Estratégico da Indústria.

Apesar do crescimento apresentado em 2010, a produtividade da indústria voltou a cair em 2011 (-0,5%), prejudicando o alcance da meta.

A partir de 2010, a meta de crescimento médio anual de 6,5% passou a ser perseguida. Considerando a queda de 0,5% da produtividade em 2011, frente ao mesmo período do ano anterior, será necessária uma expansão média da produtividade pouco superior a 9% ao ano entre 2012 e 2015 para que a meta seja atendida.

Mesmo com a ampliação de incentivos aos investimentos na produção e na inovação, é necessária a melhoria na qualidade da educação para que a produtividade da indústria alcance o crescimento estabelecido.

Agenda

- Ampliar as ações e os recursos destinados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, como os previstos no “PAC da Ciência, Tecnologia e Inovação”, que incorporou sugestões da indústria;
- Implantar ações que favoreçam a internacionalização de empresas e a inovação, acompanhando a agenda de atuação da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI);
- Elevar o volume de recursos destinados a P&D pré-competitivo;
- Priorizar programas de qualificação da mão de obra. A incorporação de tecnologia no processo produtivo exige uma força de trabalho apta a utilizá-la para que as novas ideias gerem aumento da produtividade;
- Aumentar recursos para a educação básica, para possibilitar que o trabalhador melhore suas competências de aprendizagem;
- Atuar na aprovação de medidas que visem à desoneração de impostos sobre bens de capital.

4. Taxa de Desemprego

Descrição:

Percentual da população brasileira desocupada, em proporção à população economicamente ativa

Fonte:

Pesquisa Mensal de Emprego / IBGE

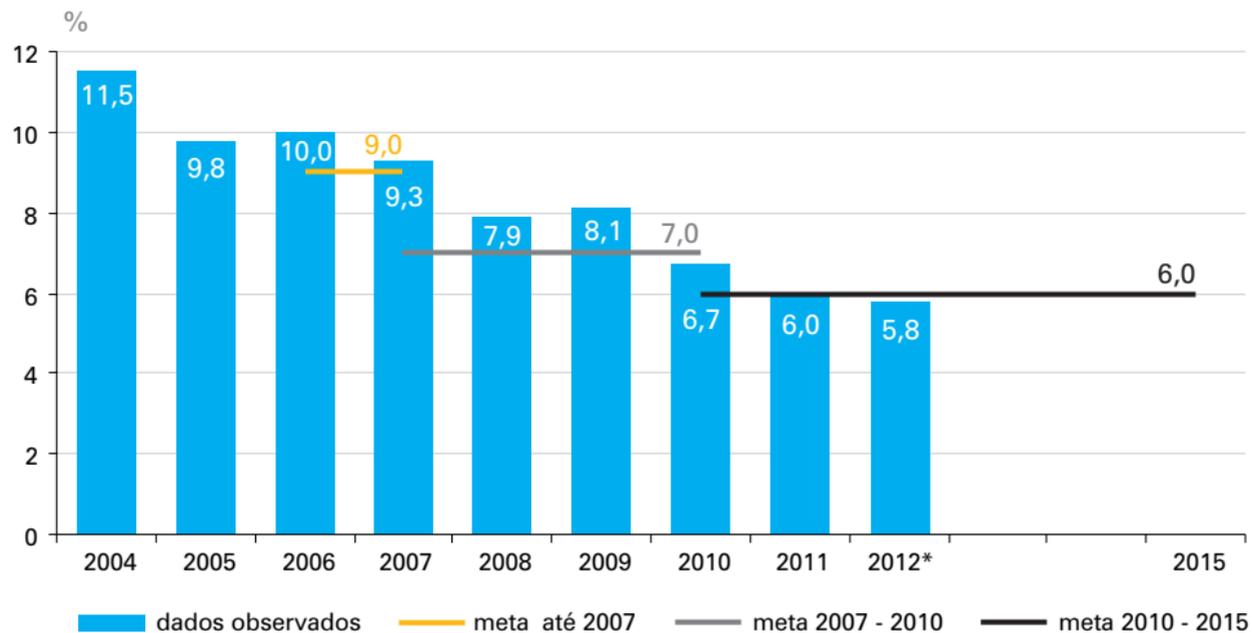
Meta:

- Alcançar 9,0% até 2007
- Alcançar 7,0% até 2010
- Alcançar 6,0% até 2015

Status:

● Atingiu a meta

Taxa de Desemprego



*Estimativa CNI

Tendências

A taxa média anual de desemprego mantém uma trajetória de queda desde 2007. Apenas em 2009 esse indicador não registrou redução devido aos efeitos da crise internacional. A diminuição média anual desse indicador entre 2007 e 2010 foi de 0,8 ponto percentual.

Em 2010, a taxa de desemprego ficou em 6,7% da força de trabalho, o que representa um resultado melhor do que a meta de 7,0% do Mapa Estratégico da Indústria. Em 2011, esse indicador manteve a trajetória descendente até atingir média anual de 6,0%. A CNI estima que em 2012 a taxa de desemprego média caia para 5,8%.

- Defender a adoção de propostas que flexibilizem as relações de trabalho no país;
- Manter a posição contrária da CNI à Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a demissão imotivada;
- Fortalecer a posição da CNI contra a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas sem diminuição de salário;
- Apresentar propostas para o aperfeiçoamento das regras de terceirização, visando à segurança jurídica e à garantia de competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores;
- Reduzir a carga tributária que incide sobre a folha de pagamento das empresas.

5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

Descrição:

Participação das exportações de bens e serviços do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

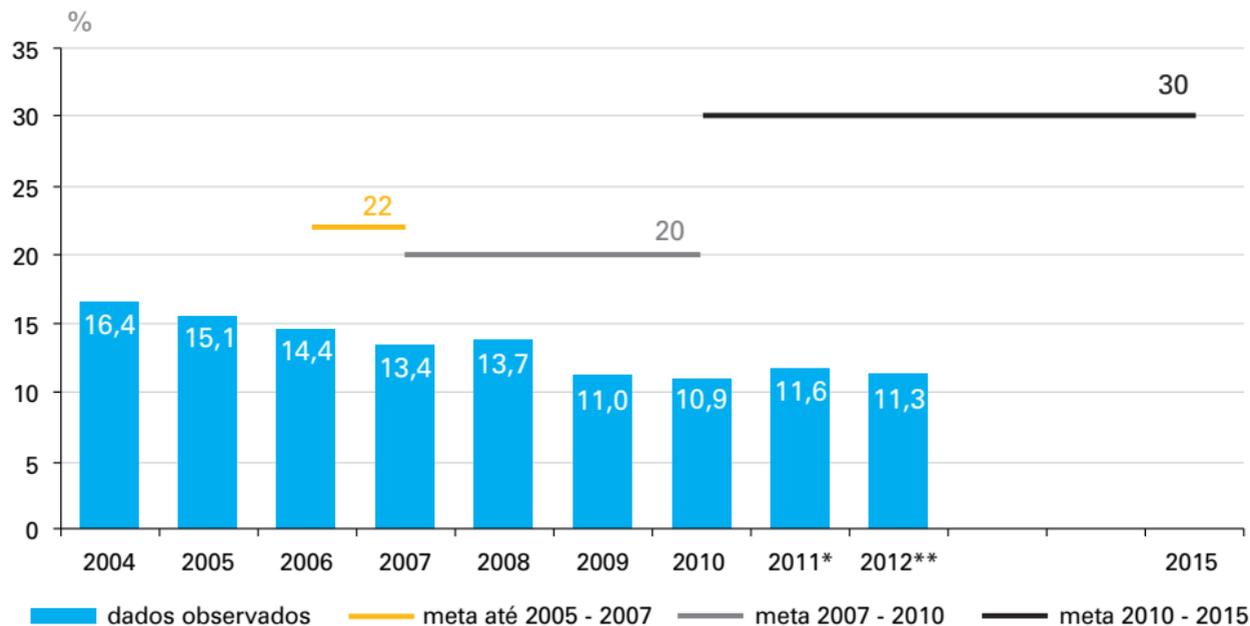
Meta:

- Alcançar 22% até 2007
- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB



*Até o terceiro trimestre

**Estimativa CNI

Tendências

Estima-se que houve um pequeno aumento na participação de exportações de bens e serviços no PIB entre 2010 e 2011. Essa relação, de 10,9% em 2010, teria alcançado, segundo estimativas da CNI, 11,6% em 2011. Para 2012, contudo, projeta-se que o volume das exportações equivalente ao PIB irá se distanciar da meta proposta. Espera-se recuo para 11,3%. A meta proposta, de 30%, permanece distante.

A recuperação – ainda que pequena - da participação das exportações de bens e serviços no PIB acompanha a desvalorização do real e a relativa estabilidade de sua cotação. Ressalte-se, contudo, que a progressiva valorização dos anos anteriores trouxe a moeda para um patamar muito alto. A moeda nacional mais cara prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e reduz a rentabilidade das vendas externas.

Adiciona-se a esse quadro a situação do mercado externo. Importantes parceiros comerciais do Brasil de manufaturados – como os EUA e a Europa – devem crescer de forma moderada, afetando o mercado de diversos produtos e acirrando a concorrência em diversos mercados.

É imperativo que se contorne esse quadro com medidas efetivas que promovam maior competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Será até mesmo difícil retornar para a participação de 2004, 16,4%.

- Implementar mecanismos de ressarcimento dos tributos que incidem na exportação;
- Racionalizar encargos e procedimentos em comércio exterior;
- Fomentar um ambiente de negócios mais favorável aos investimentos;
- Aperfeiçoar e promover o uso de linhas de financiamento à exportação;
- Monitorar e evitar possíveis ações protecionistas que impactem a indústria brasileira;
- Aprimorar ações de defesa comercial que combatam a concorrência desleal;
- Ampliar fluxos de comércio, serviços e investimentos, com vistas a avançar para um tratado de livre comércio com novos parceiros;
- Promover missões empresariais no exterior; e
- Desmontar incentivos à entrada excessiva de divisas, que contribuem para a valorização do real.

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

6. Crédito em proporção ao PIB

Descrição:

Operações de crédito do sistema financeiro (Risco Total) em relação ao PIB

Fonte:

Banco Central do Brasil

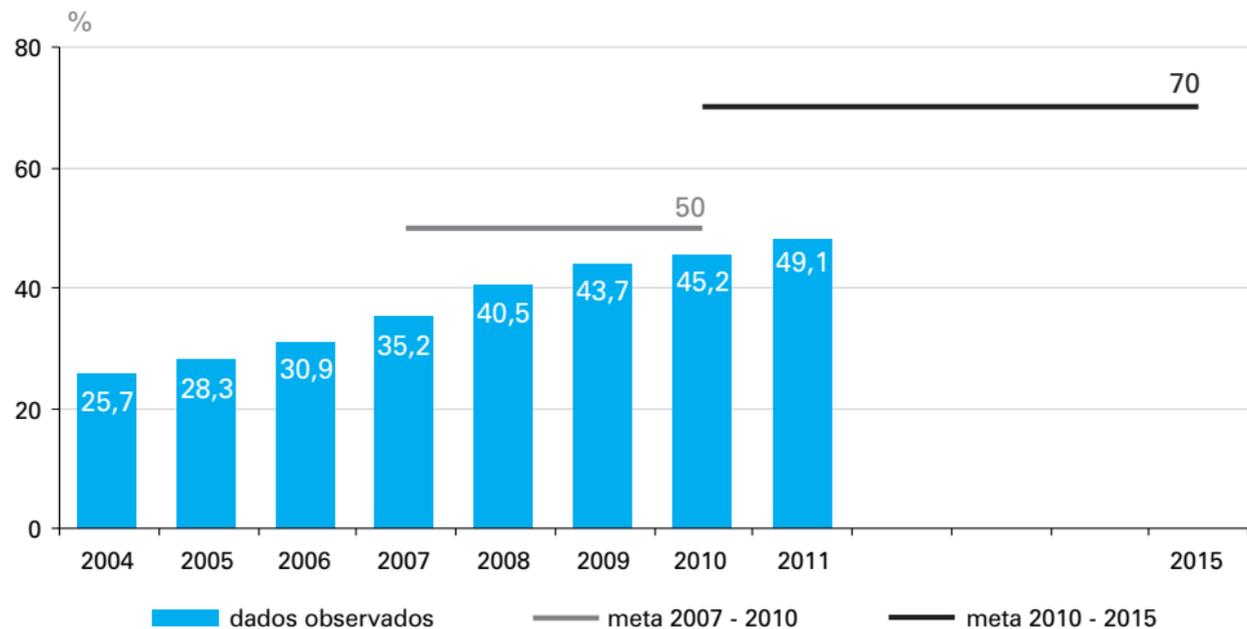
Meta:

- Alcançar 50% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Crédito em proporção ao PIB



Tendências

A meta de uma taxa de crédito em proporção ao PIB de 50% em 2010 não foi alcançada, a despeito da ampliação do mercado de crédito no Brasil. Entre 2007 e 2010, essa relação passou de 35,2% para 45,2%.

Como efeito da crise internacional, após 2008 houve desaceleração no ritmo de expansão, o que prejudicou o alcance da meta. Os resultados de 2009 e de 2010, no entanto, foram atípicos. Em 2009, houve queda no PIB e o crédito se expandiu em função das medidas governamentais de incentivo ao consumo e ao investimento. Já em 2010, o forte aumento do PIB e medidas prudenciais de controle do setor fizeram com que a relação crédito/PIB aumentasse em pouca escala.

Em dezembro de 2011, o crédito em relação ao PIB alcançou 49,1%, não atingindo a meta de 50% do PIB até 2010. A nova meta da relação crédito/PIB a ser perseguida é de 70% até 2015. Considerando o crescimento médio anual dessa relação de 3,6 pontos percentuais entre 2007 e 2011, a nova meta é de difícil alcance, dada a necessidade de expansão de 20,9 pontos percentuais até 2015. Nota-se que parcela expressiva desse aumento deve-se ao aumento do crédito às famílias.

- Promover o financiamento não bancário às empresas, como mercado de capitais e títulos privados;
- Garantir a implementação e aplicação do chamado Cadastro Positivo, instituído pela Medida Provisória nº 518, de 2010;
- Reduzir a parcela fiscal sobre os juros, de forma a alavancar o crédito;
- Desburocratizar o acesso e racionalizar as exigências das linhas oficiais, em especial às empresas de menor porte;
- Simplificar e facilitar o acesso das empresas aos recursos do BNDES, em especial para aquelas de menor porte que necessitem operar via agentes financeiros;
- Estimular a utilização de fundos garantidores do crédito destinados às micro e pequenas empresas.

7. Spread Bancário

Descrição:

Diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos - média anual

Fonte:

Banco Central do Brasil

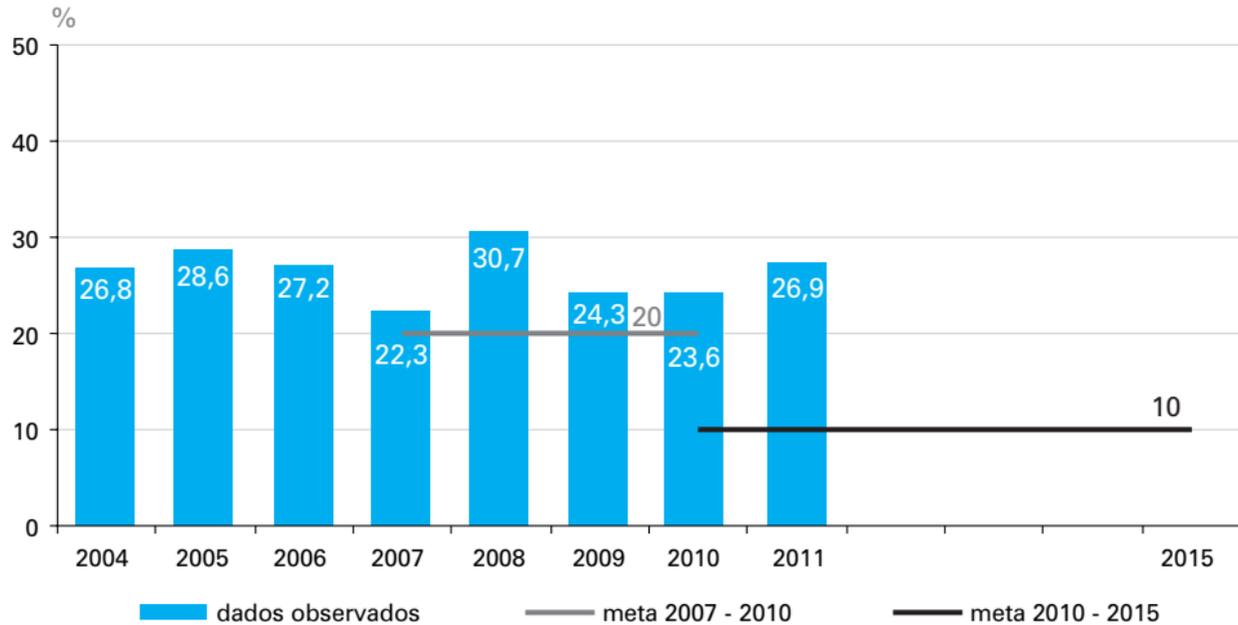
Meta:

- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 10% até 2015

Status:

 Distanciando da meta

Spread Bancário



Tendências

O *spread* bancário médio pré-fixado para operações de crédito com recursos livres em 2010 terminou o ano em 23,6% a.a, sem atingir a meta de 20% a.a..

O *spread* vinha em trajetória de queda desde meados da década, que foi apenas interrompida pelos efeitos da crise econômica internacional. Em 2008, a menor liquidez e o risco de aumento da inadimplência levaram a taxa para 30,7% a.a. Mas, em 2009 houve novamente inversão dessa tendência, com o *spread* reduzindo-se com a recuperação gradual da atividade produtiva e do consumo. Como resultado, o *spread* em 2009 recuou para 24,3% a.a.

O desmonte de uma série de medidas que garantiram a ampliação do crédito público e o retorno do sistema financeiro privado limitou uma retração tão expressiva em 2010 como a observada no ano anterior. Em 2011, o *spread* voltou a crescer, na contratendência dos anos anteriores, atingindo 26,9% a.a em dezembro. Esse indicador cresceu em quase todos os meses de 2011, interrompendo esse movimento apenas em novembro.

O alcance da meta para 2015, de 10%, é bastante improvável, uma vez que esse indicador ainda nem atingiu a meta anterior de 20%. Isso só será possível com uma atuação pró-ativa da gestão pública, via redução da tributação, isto é, da parcela fiscal sobre os juros.

- Regular e colocar em prática propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à diminuição do *spread* bancário, como desonerações tributárias das operações de crédito;
- Fomentar a maior utilização dos bancos oficiais como instrumento de redução do custo das taxas ativas, mas preservando as condições de equilíbrio dessas instituições;
- Incentivar o financiamento não bancário via mercado de capitais;
- Acompanhar o PL 5.258/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui o Sistema de Metas para a Margem Bancária.

8. Taxa Real de Juros

Descrição:

Taxa anual básica de juros (*Selic*) descontada pela média anual de inflação acumulada em 12 meses medida pelo IPCA

Fonte:

Banco Central do Brasil

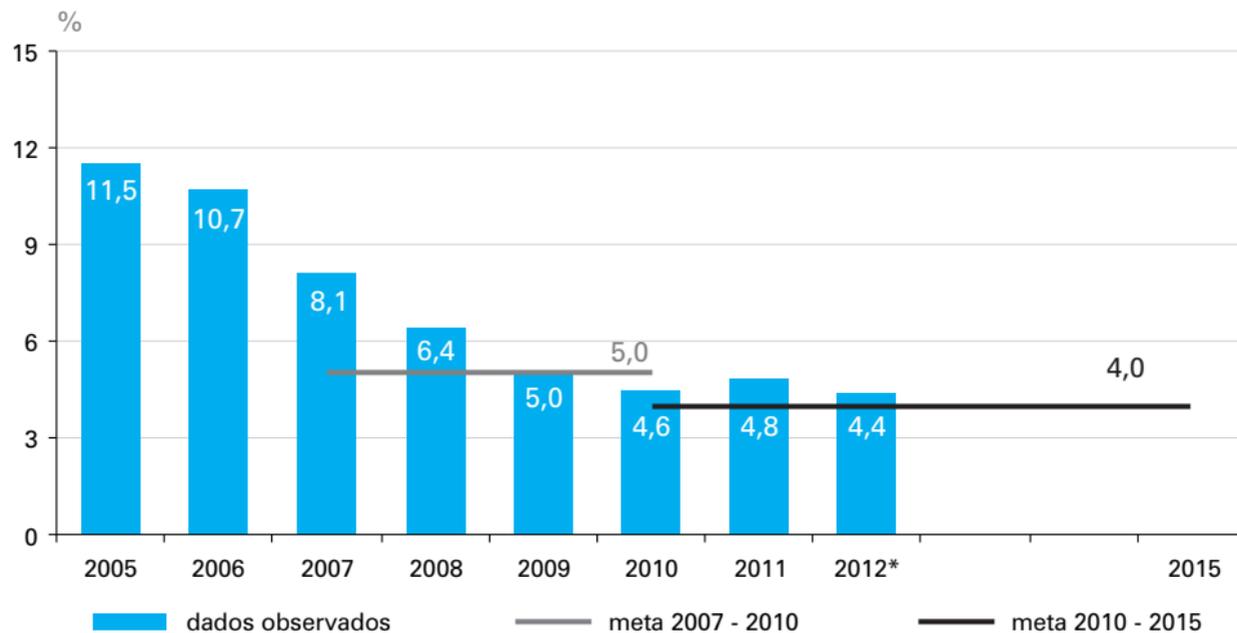
Meta:

- Alcançar 5% até 2010
- Alcançar 4% até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Taxa Real de Juros



*Estimativa CNI

Tendências

A meta de redução da taxa de juros real para 5% a.a já foi alcançada em 2009, quando caiu para 4,6%, em média, ao ano. Mesmo assim, a taxa brasileira ainda é uma das mais altas do mundo.

Em 2010, esse indicador baixou mais uma vez, mesmo com a volta da elevação da *Selic*. Apesar de positivo, esse resultado foi obtido ao custo de maior inflação no ano. Em 2011, a taxa real de juros ficou em 4,8% a.a., também abaixo da meta. Mais uma vez, o crescimento da inflação foi decisivo para esse resultado. A CNI estima que em 2012 a taxa real de juros caia para 4,4%, preponderantemente pela queda da *Selic*.

Para que a meta 2010-2015, de 4% a.a., seja alcançada, há a necessidade de que a *Selic* continue em trajetória de baixa. Em janeiro de 2012, mais uma redução dos juros foi implementada pelo Banco Central, para 10,5%. Para chegar à meta, é preciso que o governo conduza uma política fiscal mais contracionista para diminuir o ônus do controle da inflação pela política monetária.

- Apresentar propostas voltadas à diminuição do custo de financiamento e do *spread* bancário, como as desonerações tributárias das operações de crédito;
- Reforçar a necessidade de continuação da queda da taxa de juros *Selic*;
- Defender o encolhimento do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos;
- Atuar para o desenvolvimento do mercado de capitais e promover ações visando a redução do custo do capital para as empresas industriais.

9. Carga Tributária

Descrição:

Relação entre o total de impostos arrecadados em proporção ao PIB

Fonte:

Receita Federal

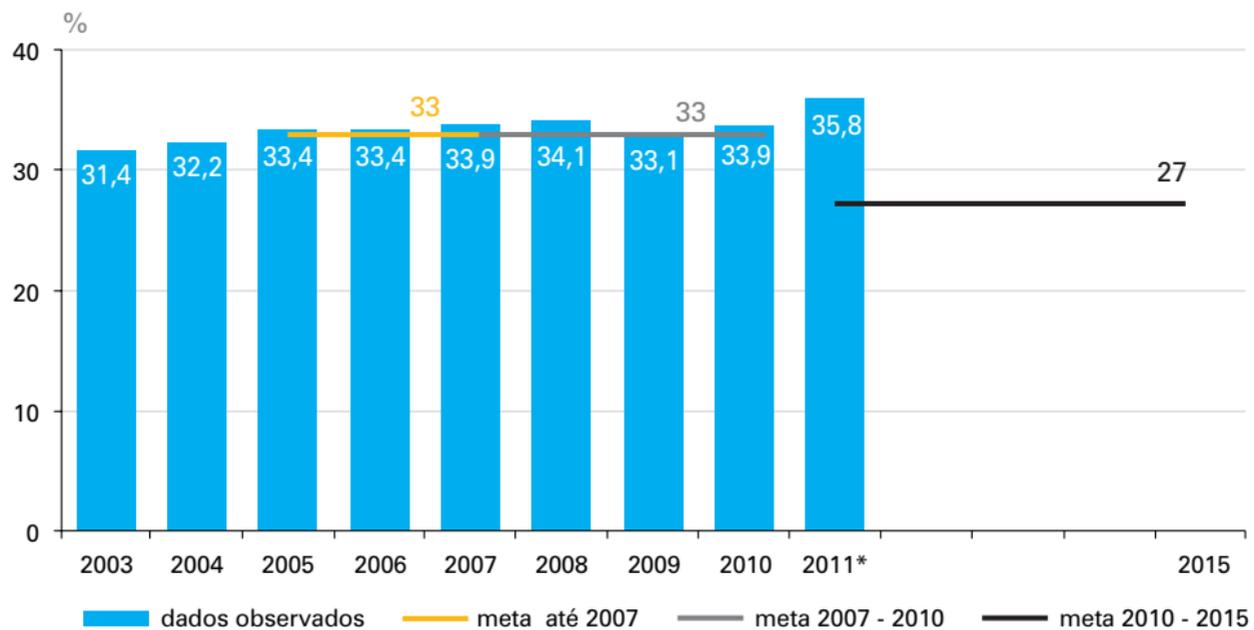
Meta:

- Alcançar 33% até 2007
- Alcançar 33% até 2010
- Alcançar 27% até 2015

Status:

 Distanciando da meta

Carga Tributária



*Estimativa CNI

Tendências

A meta de uma carga tributária de 33% do PIB não foi alcançada em 2010. Muito ao contrário, a participação dos impostos no PIB cresceu durante quase toda a segunda metade da década e caminhou na direção oposta ao que se esperaria para promover a expansão da atividade produtiva de longo prazo.

Em 2009, a crise econômica internacional e as desonerações tributárias fizeram com que o indicador recuasse. No entanto, a recuperação da economia e o fim de muitas desonerações fizeram a carga tributária voltar a subir em 2010. Em 2011, a tendência à aceleração do indicador se acentuou, passando de 33,9% em 2010 para 35,8% do PIB.

O menor crescimento dos gastos públicos em 2011, em relação ao ano anterior, poderia abrir espaço para futura redução da carga tributária caso fosse mantido nos próximos anos. Entretanto, o orçamento do Governo Federal aponta para uma política fiscal expansionista em 2012.

O aumento da carga tributária financia a expansão do gasto público, cujo montante em relação ao PIB, somente no Governo Federal, passou de 14,0%, em 1997, para 17,5%, em 2011. A redução da carga tributária exige, portanto, trabalhar pela diminuição dos gastos correntes do governo. Nesse contexto, atingir a meta de 27% em 2015 é bastante desafiador ou mesmo inexecutável.

- Contribuir ativamente para a reformulação do sistema tributário;
- Defender a redução do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção e do aumento de eficiência nos gastos públicos;
- Atuar para a efetivação da reforma da previdência social;
- Expandir o universo de empresas que podem optar pelo regime de lucro presumido;
- Permitir o crédito imediato de ICMS nas aquisições de bens de capital no Brasil e no exterior;
- Ampliar o mecanismo da depreciação acelerada para máquinas e equipamentos;
- Assegurar o aproveitamento de saldos credores de tributos, especialmente no caso das exportações.

10. Oferta Interna de Energia

Descrição:

Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento ao ano

Fonte:

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

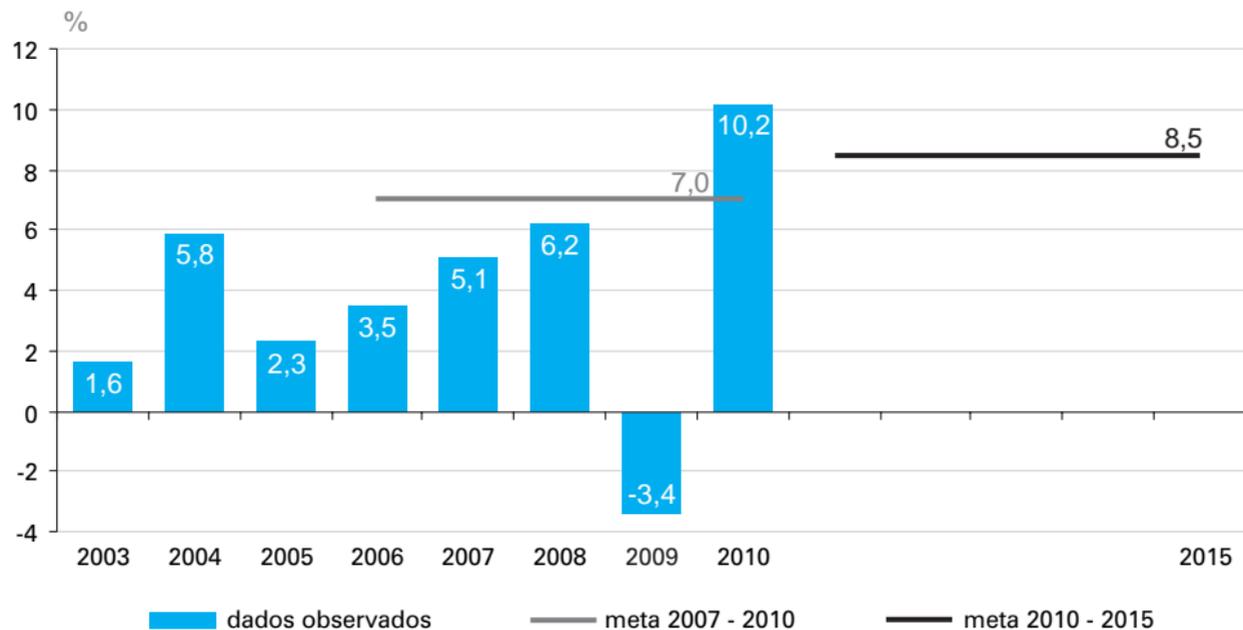
Meta:

- Crescimento médio de 7,0% a.a. (até 2010)
- Crescimento médio de 8,5% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

 Distanciando da meta

Oferta Interna de Energía



Tendências

Em 2010, a oferta interna de energia elétrica cresceu 9,1% em relação ao ano anterior. Depois do sucesso dos leilões de energia elétrica, implementados pela Lei 10.848/2004, a questão da disponibilidade de eletricidade ao consumidor industrial ficou melhor equacionada.

Atualmente, a principal discussão concentra-se no elevado custo da eletricidade para a indústria. O preço da energia elétrica deixou de ser uma vantagem competitiva do setor produtivo nacional.

O alto custo da eletricidade no Brasil deve-se, em grande parte, aos encargos setoriais, taxas e tributos incidentes sobre a tarifa. Atualmente, há mais de 15 diferentes encargos, taxas e tributos que respondem por cerca da metade do custo da energia elétrica. Entre 2001 e 2010, a arrecadação com encargos setoriais subiu de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 17,7 bilhões.

- Reduzir os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica e dar maior transparência à utilização dos recursos;
- Definir soluções adequadas para renovação das concessões do setor elétrico com reduções na tarifa de energia para a sociedade;
- Desonerar os investimentos para produção de energia elétrica;
- Agilizar o processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas;
- Incentivar a eficiência energética.

11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção ao PIB

Descrição:

Total investido em infraestrutura dos transportes pelo governo federal em relação ao PIB

Fonte:

IBGE e SIAFI

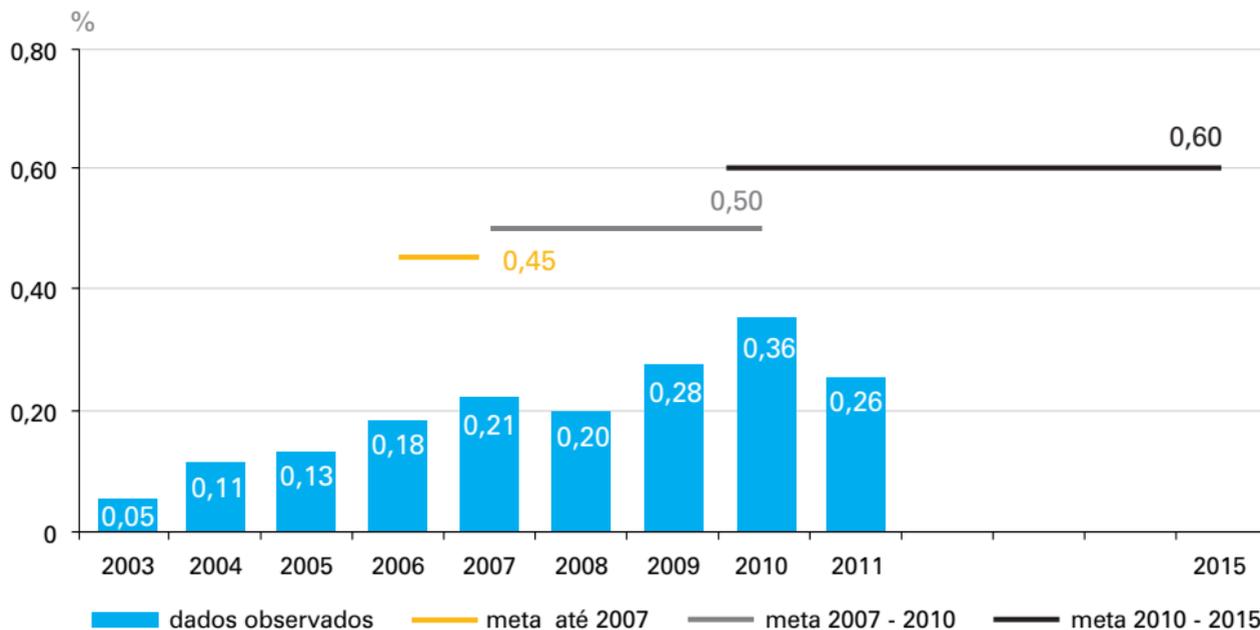
Meta:

- Alcançar 0,45% até 2007
- Alcançar 0,50% até 2010
- Alcançar 0,60% até 2015

Status:

↑ Distante da meta e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção ao PIB



Tendências

Em 2011, o Ministério dos Transportes investiu o equivalente a 0,26% do PIB, ou seja, R\$12,8 bilhões, valor insuficiente para alcançar a meta de investimento de 0,6%. Desse montante, cerca de R\$6 bilhões representam restos a pagar. A burocracia e a baixa eficiência da gestão pública têm retardado os investimentos e atrasado a execução das obras.

A falta de priorização de projetos e a ausência de uma política efetiva de integração modal geram problemas de planejamento do setor.

- Reestruturar o sistema de gestão na área dos transportes para possibilitar a realização do planejamento de longo prazo e os programas de obras;
- Priorizar os acessos terrestres aos portos nos programas de investimentos governamentais;
- Aumentar a participação do setor privado no investimento e na gestão dos serviços de infraestrutura;
- Fortalecer as agências reguladoras do setor (ANTT e ANTAQ) e delimitar com mais clareza as funções dos demais órgãos da área (DNIT, Secretaria dos Portos e o próprio Ministério dos Transportes);
- Agilizar os trabalhos do Conselho de Integração de Políticas de Transporte e assegurar a participação de representantes da sociedade organizada;
- Conceder à iniciativa privada as administrações portuárias ou profissionalizar sua gestão;
- Reestruturar as administrações hidroviárias, desvinculando-as da CODOMAR;
- Aumentar a oferta e a competição no transporte marítimo de cabotagem de cargas.

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção ao PIB

12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto

Descrição:

Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

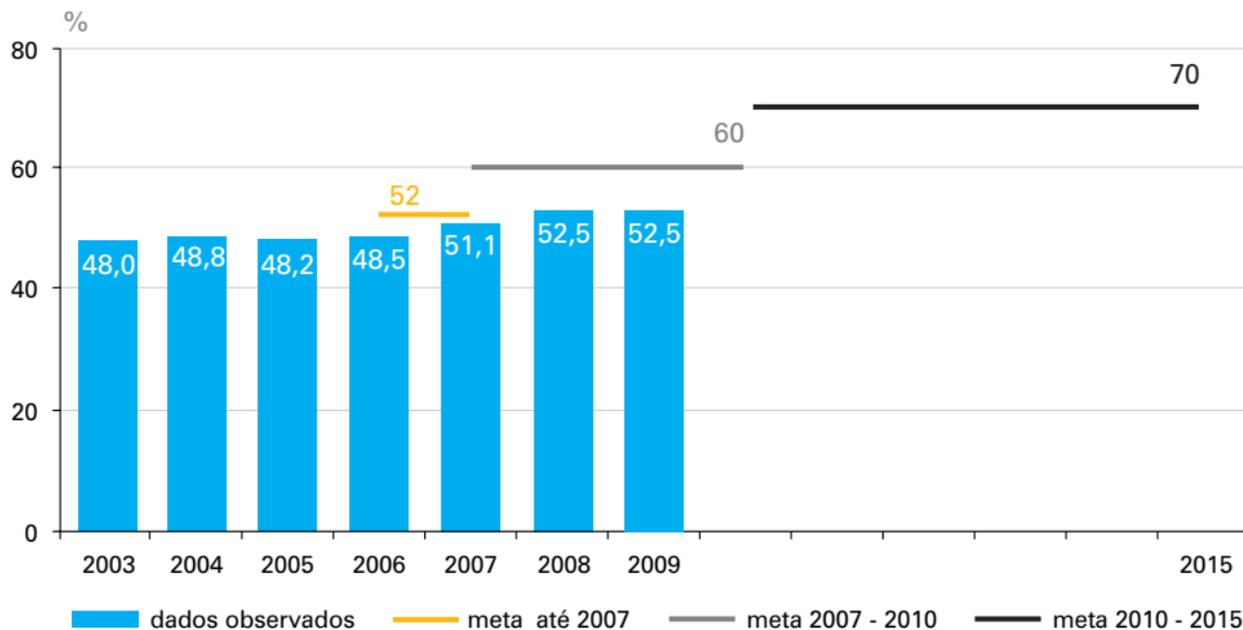
Meta:

- Alcançar 52% até 2007
- Alcançar 60% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto



Tendências

Em 2009, 52,5% dos domicílios brasileiros estavam ligados à rede coletora de esgotamento sanitário, igual nível de atendimento observado em 2008. Mesmo com a expansão da rede coletora de esgoto nos últimos anos, que era de 48,5% em 2006, o ritmo de crescimento poderia ser mais intenso caso instrumentos de financiamento como as PPPs fossem mais utilizados pelo governo federal.

O desafio do setor de saneamento é acelerar o ritmo de expansão da cobertura da rede coletora de esgoto de modo a perseguir a meta de 70% de domicílios atendidos, o que só será possível por meio da eliminação dos entraves aos investimentos.

Até novembro de 2011 os gastos da União em saneamento foram de R\$1,9 bilhão, contra R\$2,4 bilhões em 2010, dos quais R\$ 1,5 bilhão eram restos a pagar. A Caixa Econômica Federal aumentou as contratações de projetos para o setor de R\$3,4 bilhões em 2010 para R\$ 9,2 bilhões em 2011, mas os valores liberados caíram de R\$3,0 bilhões em 2010 para R\$ 2,3 bilhões em 2011.

O PAC 2 (segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento que vai de 2011 a 2014) irá investir R\$ 3,7 bilhões em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios de até 50 mil habitantes. Desse montante, R\$2,6 bilhões serão do Orçamento Geral da União. O restante - R\$ 1,1 bilhão - será contratado por meio de financiamento público federal. Até 2014 serão investidos R\$ 35,1 bilhões no setor de saneamento. A iniciativa privada deverá ter papel fundamental na busca pela universalização dos serviços, seja na realização dos projetos e obras, seja na operação dos sistemas.

- Incentivar Parcerias Público-Privadas no setor de saneamento;
- Apoiar os esforços de aumento dos investimentos por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES;
- Melhorar a eficiência na gestão das empresas de saneamento e reduzir os elevados desperdícios;
- Estruturar agências reguladoras do setor, conforme a Lei 11.445/07.

13. Investimento Privado em P&D¹ em proporção ao PIB

Descrição:

Volume de investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB

Fonte:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Meta:

- Alcançar 0,60% até 2007
- Alcançar 0,80% até 2010
- Alcançar 1,40% até 2015

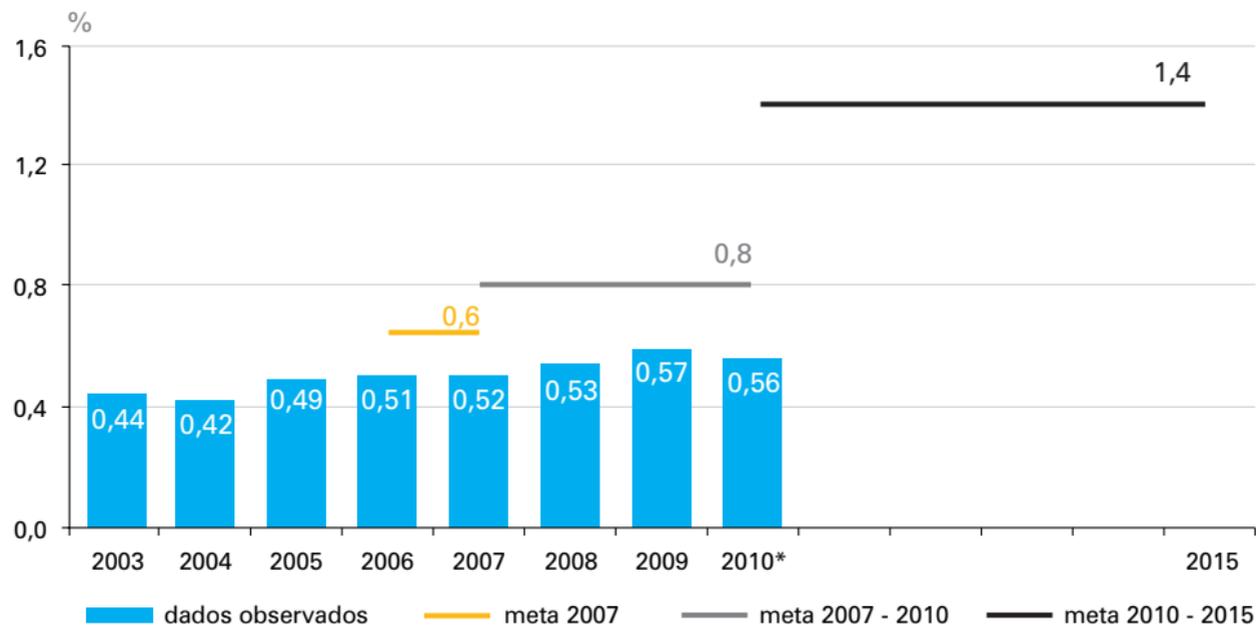
Status:



Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

1 - O indicador "Investimento Privado em Inovação" foi atualizado para "Investimento Privado em P&D" seguindo a lógica de sua fonte no MCTI. Investimento privado em inovação inclui uma ampla gama de serviços e processos que vai além da inovação tecnológica (P&D), variável medida pelo MCTI.

Investimento Privado em P&D em proporção ao PIB



*Dados preliminares - 26/10/2011

Tendências

Em 2010, a participação do investimento privado no PIB foi de 0,56%, nível ligeiramente inferior ao de 2009 (0,57%). Essa queda, ainda que pouco expressiva, é uma novidade, pois desde 2004 o indicador apresentava-se em trajetória ascendente. Ao longo da década de 2000, os gastos privados com P&D cresceram mais que proporcionalmente ao PIB, acompanhando a trajetória dos investimentos. Como as perspectivas de investimento no Brasil são positivas, a tendência é a de que o indicador de gasto privado em P&D retome a trajetória de expansão nos próximos anos.

No entanto, essa interrupção do crescimento em 2010 reforça a avaliação de que a meta estabelecida no Mapa Estratégico da Indústria (o investimento privado em inovação deve ser 1,4% do PIB em 2015) é praticamente inexequível.

Para que o Brasil atinja essa meta, seria necessário que a participação do investimento privado no PIB crescesse 0,84 ponto percentual em cinco anos. Ou seja, que o indicador subisse, em média, 0,17 p.p ao ano. Não há registro de um ritmo de crescimento dessa ordem no Brasil.

Entre 2004 e 2009, por exemplo, o ritmo médio de expansão desse indicador foi de 0,03 p.p. ao ano. Ou seja, para atingir a meta, o gasto empresarial em inovação precisará crescer a uma velocidade seis vezes maior que o da década passada, o que é pouco provável.

- Rever o sistema de incentivos à inovação e aos gastos com P&D do setor privado, de forma a ampliar a efetividade desses mecanismos (ampliação dos benefícios da Lei do Bem e revisão das regras de aproveitamento de créditos tributários);
- Aumentar em 50% os recursos para subvenção à P&D do setor privado;
- Priorizar a inovação nas políticas de compras do setor público para além da Defesa e da Saúde;
- Fortalecer a rede brasileira de serviços técnicos, tecnológicos e de propriedade industrial;
- Desenvolver planos setoriais de inovação;
- Adotar normas e regras de estímulo à inovação nos diversos setores regulados pelo governo (fármacos, biodiversidades, OGM);
- Estimular o desenvolvimento do subsistema financeiro de apoio à inovação (*venture capital, private equity, seed money*);
- Implantar os mecanismos previstos na Lei de Inovação (encomenda, sociedade de propósitos específicos, compras governamentais);
- Viabilizar a aplicação plena dos recursos dos Fundos Setoriais e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Investimento Privado em P&D em proporção ao PIB

14. PISA

Descrição:

Programme for International Student Assessment (PISA) é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências (nota média das três provas)

Fonte:

OCDE

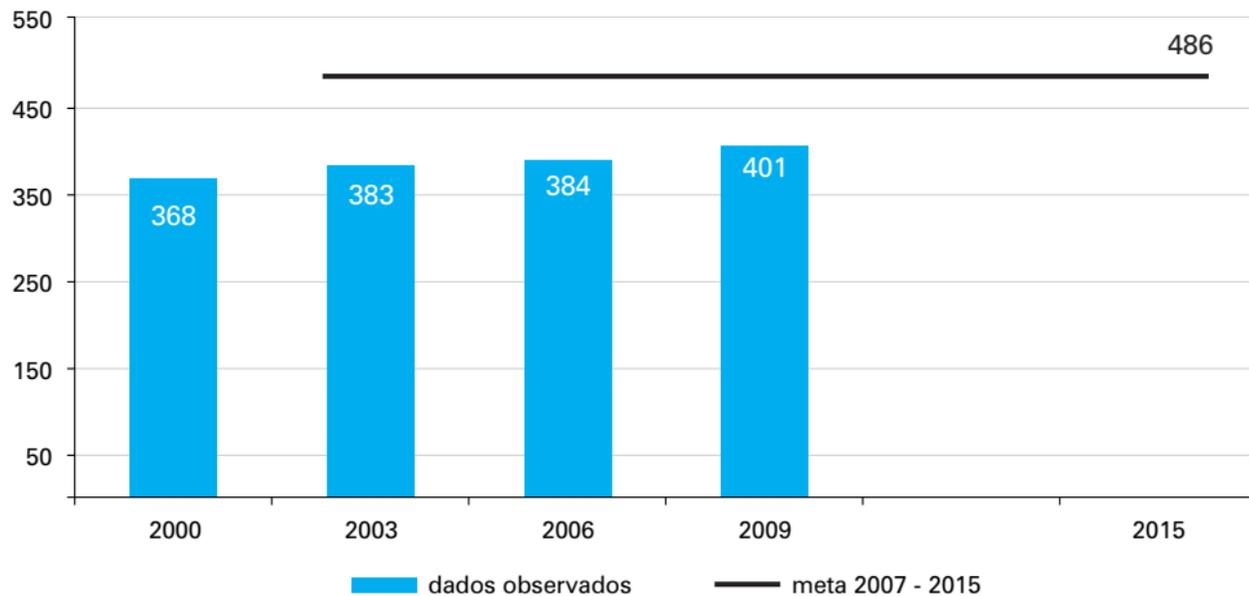
Meta:

- Alcançar a nota 486 (Espanha em 2000) até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PISA



Tendências

A falta de qualificação da mão de obra é um dos principais entraves ao crescimento sustentado no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Ensino (PISA) exhibe um quadro que precisa ser superado: a nota do aluno brasileiro, em 2006, foi a 52ª em uma lista de 57 países (30 membros da OCDE e 27 países convidados). A nota média de um aluno brasileiro em matemática, ciências e leitura em 2006 é 6% inferior a de um aluno mexicano.

A nota média dos estudantes brasileiros ultrapassou os 400 pontos apenas em 2009, ficando muito distante da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria (486 pontos). Uma nota média de 486 pontos é equivalente ao desempenho dos estudantes da Espanha no início desta década.

Em 2009, última versão divulgada do PISA, 65 países realizaram a avaliação. O Brasil conseguiu superar a faixa dos 400 pontos em algumas categorias, porém ainda continua com uma posição baixa relativa aos outros países avaliados; 412 pontos em leitura (ranking 53 de 65), 386 pontos em matemática (ranking 57 de 65) e 405 pontos em ciências (ranking 53 de 65). Os resultados da versão de 2010 do PISA deverão ser revelados em meados de 2012.

- Universalizar a educação básica com qualidade;
- Fortalecer a educação profissional;
- Estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente do trabalho;
- Apoiar o “Movimento Todos pela Educação”.

15. Domicílios com acesso à internet

Descrição:

Número de domicílios com acesso à internet em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

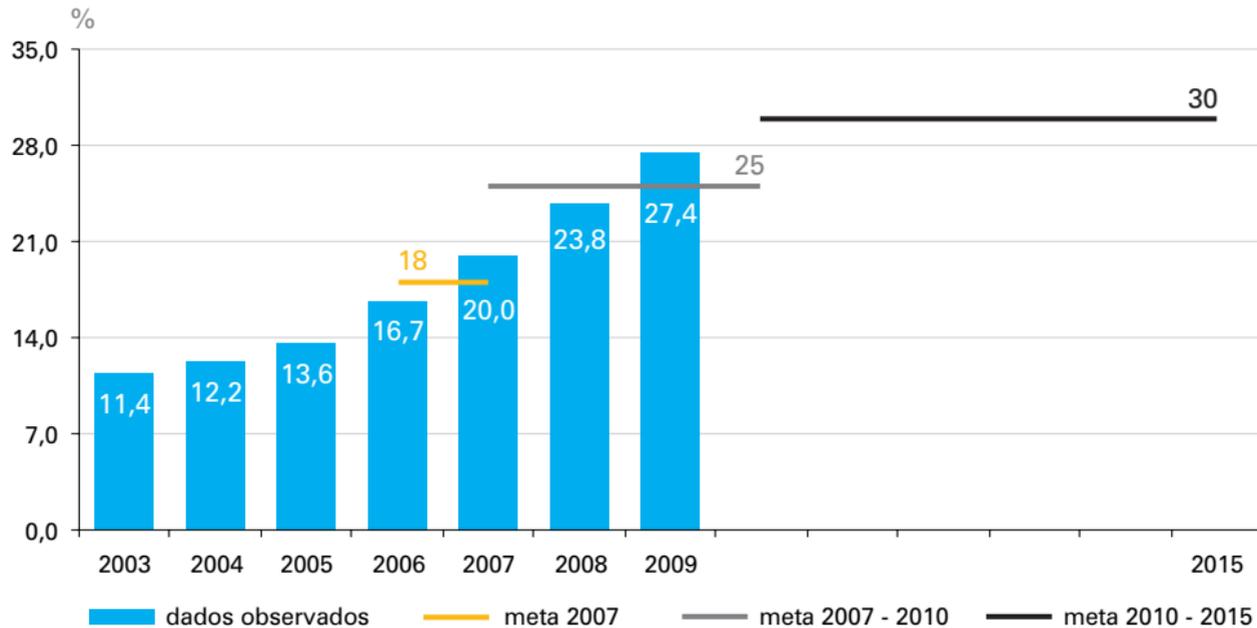
Meta:

- Alcançar 18% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Domicílios com acesso à internet



Tendências

A proporção de domicílios com acesso à internet no Brasil cresceu de forma contínua desde 2003. Entre 2007 e 2009, essa relação passou de 20% para 27,4%. Portanto, a meta para 2010 – de 25% de domicílios com acesso – já foi atingida. Considerando-se essa evolução, a meta para 2015, de 30% de domicílios com acesso à internet, deverá ser ultrapassada.

As mudanças comportamentais da sociedade e os avanços tecnológicos viabilizaram o desejo de acesso dos brasileiros à rede mundial. Essas mudanças, aliadas à queda do preço relativo dos produtos de informática com a redução da carga tributária sobre esses bens e o aumento do poder de compra, como crescimento do emprego, permitiram às famílias o maior acesso a esse serviço.

- Disseminar a importância da banda larga como infraestrutura estratégica para o desenvolvimento do país;
- Estimular o acesso de escolas e estudantes à internet;
- Contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso de domicílios à internet.

16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra

Descrição:

Renda por habitante expressa em dólares ajustada ao poder de compra da população

Fonte:

Fundo Monetário Internacional - FMI

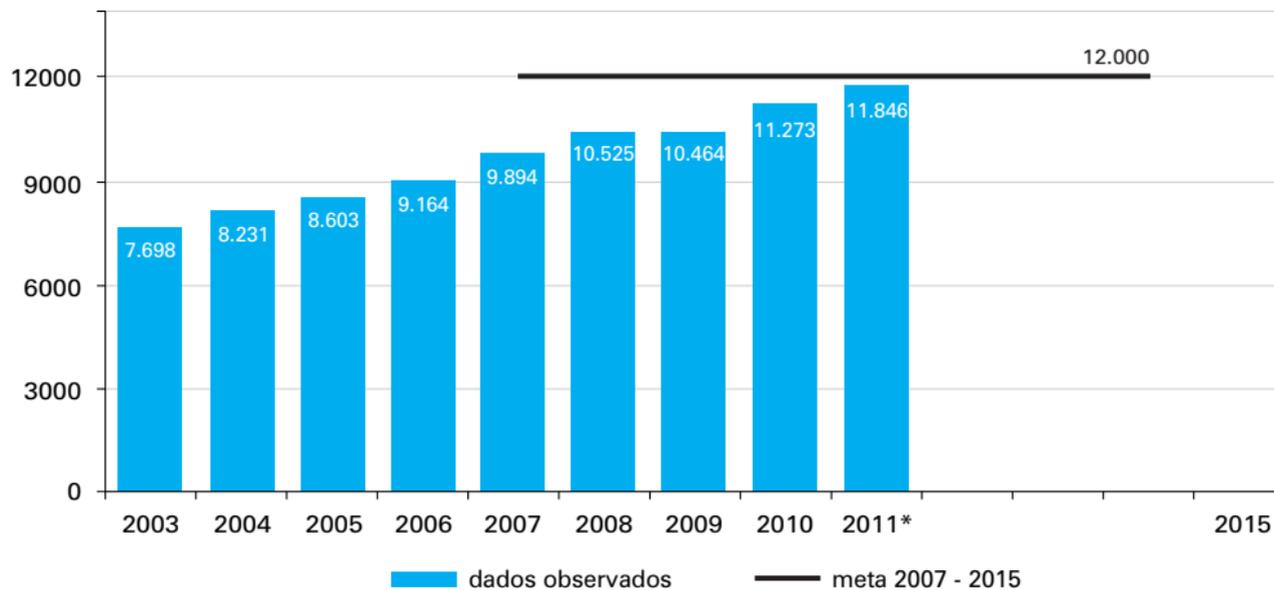
Meta:

■ Alcançar 12.000 PPP até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra



*Estimativa FMI

Tendências

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a renda per capita no Brasil cresceu em média 5,6% ao ano entre 2004 e 2010, alcançando US\$ 11.273 no último ano – os valores são expressos em dólares ajustados pelo poder de compra do país. Ainda, considerando as estimativas do FMI, a renda per capita brasileira em dólares deverá ultrapassar a meta de US\$ 12.000 já neste ano de 2012. Esse indicador deverá manter-se em crescimento até atingir US\$ 13.955 em 2015.

Mesmo com a expansão, a renda per capita brasileira em 2011 continua aquém de alguns países vizinhos da América Latina. Países como Argentina (US\$ 17.376), Chile (US\$ 16.171) e Uruguai (US\$ 15.470) já se encontram em 2011 com renda per capita acima do que o Brasil deverá atingir em 2015.

- Atuar na implementação de políticas que busquem acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade (ações do Mapa Estratégico da Indústria).

Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra

17. Índice de Gini

Descrição:

Mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 1 (um) corresponde à completa desigualdade

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

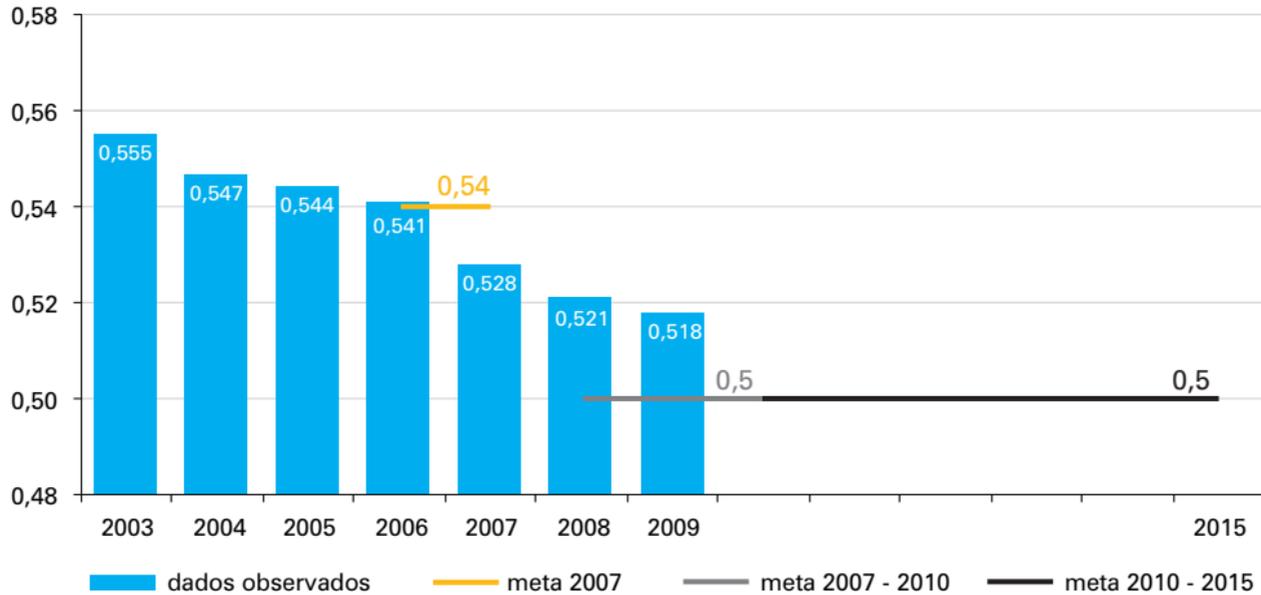
Meta:

- Alcançar 0,54 até 2007
- Alcançar 0,50 até 2010
- Alcançar 0,50 até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Índice de Gini



Tendências

O índice de Gini é um instrumento que mede o nível de concentração de renda de um país. Quanto menor for o indicador, menor será a desigualdade de renda. O índice de Gini vem registrando queda contínua: passou de 0,555 em 2003 para 0,518 em 2009.

Embora a redução esteja ocorrendo em ritmo lento, o indicador está se aproximando da meta de 0,500 para 2010. Mantendo a mesma velocidade de queda dos anos anteriores, acredita-se que o índice de Gini deverá alcançar a meta em 2011 ou no máximo em 2012.

A redução da desigualdade de renda no Brasil é resultado do crescimento econômico acompanhado da geração de empregos, sobretudo formais. Aumento do emprego gera expansão da renda da população. Mesmo com a crise internacional, o processo de formalização da mão de obra não foi interrompido. Atualmente o mercado de trabalho brasileiro continua com o aumento da formalização.

É importante ressaltar que as políticas governamentais, como o bolsa-família, também contribuíram significativamente para a redução da desigualdade de renda.

- Promover o desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos – principalmente em infraestrutura – que ajudem a diminuir a desigualdade econômica;
- Apoiar as políticas públicas que ajudem a reduzir as desigualdades de renda.

18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Descrição:

Mede o nível de bem-estar de uma população, considerando longevidade, renda per capita e grau de escolaridade

Fonte:

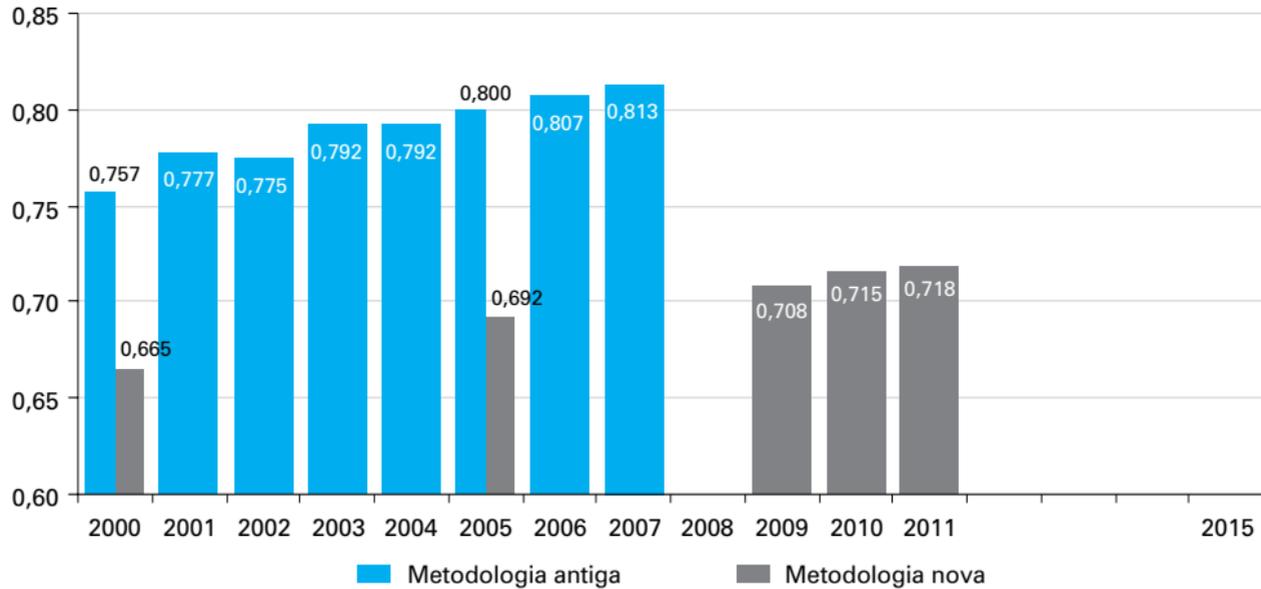
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Meta:

Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de metas a ser apresentada ao Fórum posteriormente.

Status:

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH



Tendências

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de três fatores: educação, saúde e renda da população. O Brasil caminha para a melhoria de seu IDH pelos avanços nos indicadores sociais do país.

Em 2010, o PNUD divulgou o IDH com nova metodologia, não sendo comparável com a anterior. As metas do Mapa Estratégico da Indústria ainda estão baseadas na metodologia antiga.

Pela nova forma de cálculo, o Brasil, que já pertence ao grupo de países com alto desenvolvimento humano desde 2005, registrou IDH de 0,715 em 2010. Em 2011, o IDH brasileiro subiu para 0,718, ganhando uma posição, da 85ª para a 84ª em uma lista de 187 países e territórios.

Quando comparado com os BRICs, o IDH brasileiro só perde para Rússia (IDH de 0,755 – na 66ª posição). A China mostra um IDH de 0,687 (na 101ª posição), a Índia de 0,547 (na 134ª posição) e a África do Sul de 0,619 (na 123ª posição).

Já quando comparado com o IDH dos países da América Latina, o IDH brasileiro está em patamares consideravelmente inferiores: o Chile (IDH de 0,805) ocupa a 44ª posição no ranking, a Argentina (0,797) está na 47ª posição e o Uruguai (0,783) se encontra na 43ª posição.

Agenda

- Focar em medidas que garantam a continuidade, em um ritmo mais acelerado, da melhora da escolaridade média da população brasileira;
- Intensificar os esforços em investimento de infraestrutura para oferecer melhores condições de vida para a população.



Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000
www.cni.org.br